

# Os países emergentes na política internacional: O grupo *Next Eleven* (n-11) e as convergências com a política externa brasileira<sup>1</sup>

---

*The emerging countries in international politics:  
The Next Eleven Group (N-11) and its convergences  
with Brazilian foreign policy*

André Luiz Reis da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho analisa um conjunto de países emergentes, conhecidos como “pequenos Brics” ou Next Eleven (Egito, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coréia do Sul, Turquia, Vietnã e Bangladesh). Considerando população, modernização e crescimento do PIB, há expectativa de uma presença cada vez maior destes países no cenário internacional, com possibilidade de superar economicamente os países do G-7 nas próximas décadas. Assim, este é um estudo exploratório das oportunidades que a ascensão destes países intermediários podem oferecer para o Brasil. Como metodologia, realiza um estudo crítico da caracterização do Next Eleven (originado no Banco Goldman Sachs) e uma breve discussão teórica da atuação internacional dos países intermediários. Por fim, realiza um levantamento preliminar do posicionamento da política externa destes países, em comparação com o Brasil.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira. Países emergentes. Next Eleven.

## ABSTRACT

This article analyzes a cluster of emerging countries, known as “small Brics” or “Next Eleven” (Egypt, Indonesia, Iran, Mexico, Nigeria, Pakistan, Philippines, South Korea, Turkey, Vietnam, and Bangladesh). Considering their population, GDP growth, and modernization capacity; a greater presence of these countries in the international scenario is expected. These countries may economically outgrow the G-7 countries in the next decades. Therefore, this research investigates and explores the opportunities that the ascension of these intermediary countries may offer to the development and the international insertion of Brazil. Concerning methodology, this research performs a critical study of the characterization of the Next Eleven (originated in Goldman Sachs) and a brief theoretical discussion of the international performance of the intermediate countries. Finally, conducts a preliminary survey of the positioning of foreign policy in these countries compared with Brazil.

**Keywords:** Brazilian foreign policy. Emerging countries. Next Eleven.

1. Uma versão preliminar desta pesquisa foi apresentada no I Seminário Internacional sobre Potências Emergentes, promovido pela PUC-MG, em 01 e 02 de outubro de 2012.

2. Doutor em Ciência Política (UFRGS). Professor de Relações Internacionais da UFRGS. Esta pesquisa foi apoiada pela CAPES, com bolsa de pós-doutorado, na School of Oriental and African Studies/ University of London. O autor agradece aos bolsistas Natália Argiles (FAPERGS), Ricardo Leães (CNPq), Diogo Ives (CNPq) e Luiza Cerioli (ICVOL UFRGS) pela colaboração na pesquisa. Contato: reisdasilva@hotmail.com

Recebido em:  
13 de junho de 2013  
Aprovado em:  
05 de setembro de 2013

## Introdução

Na última década, ampliaram-se as pesquisas sobre os grandes países emergentes, conhecidos como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), bem como da relação do Brasil com estes países. De fato, um neologismo criado no meio corporativo (Banco Goldman Sachs) foi rapidamente incorporado pela mídia e pelo meio político-diplomático e se tornou objeto de exaustiva análise na academia.

Entretanto, os estudos do Banco Goldman Sachs apontaram uma série de outros países com grande capacidade de crescimento, e que podem rivalizar, em termos de crescimento econômico e PIB, com alguns dos países desenvolvidos tradicionais. Foi, então, criado o termo Next Eleven (N-11) para esse grupo de países emergentes. Estranhamente, estes estudos, realizados desde 2005, não são tão conhecidos e divulgados como o dos BRICS. Seria apenas mais um neologismo que se esgotará rapidamente? Ainda é cedo para responder, mas estes estudos chamam a atenção precisamente porque muitos destes países já possuem um relativo peso em suas regiões e de fato são importantes atores regionais. Contudo, alguns destes países são praticamente desconhecidos no Brasil, em termos de produção bibliográfica. Neste sentido, a política externa de alguns destes países emergentes, denominados N-11 (Egito, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia, Vietnã e Bangladesh), bem como a relação com o Brasil, foram pouco estudadas.

Assim, este trabalho analisa um conjunto de países emergentes, conhecidos como “pequenos Brics” ou Next Eleven. Considerando população, modernização e crescimento do PIB, há expectativa de uma presença cada vez maior destes países no cenário internacional, com possibilidade de superar economicamente alguns dos países do G-7 nas próximas décadas. Assim, este é um estudo exploratório das oportunidades que a ascensão destes países intermediários podem oferecer para o Brasil. Como metodologia, realiza um estudo crítico da caracterização do Next Eleven (originado no Banco Goldman Sachs) e uma discussão teórica da atuação internacional dos países intermediários. Por fim, realiza um levantamento preliminar do posicionamento da política externa destes países, em comparação com o Brasil, nas votações da Assembleia Geral da ONU, bem como a posição destes países sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU.

## Dos BRICS ao N-11, desafios e oportunidades para o Brasil

Entre os diversos conceitos e análises que têm sido elaborados para compreender a emergência dos países intermediários na última década, o conceito de BRIC foi o que mais se popularizou, tanto na mídia quanto no meio acadêmico. O termo BRIC foi criado por Jim O’Neill, economista do banco de investimentos Goldman Sachs, em 2001, quando publicou um trabalho no qual o economista afirmava que Brasil, Rússia, Índia e China, juntos, devem ultrapassar, em algumas décadas, o PIB dos países mais ricos do mundo, o conhecido G7 (O’NEILL, 2001). Em 2003, os BRICS correspondiam a 9% do PIB global. Já em 2008, as economias dos

quatro países responderam, em conjunto, por 15% da economia mundial, com o PIB totalizando quase nove trilhões de dólares. Em 2009, os BRICS constituíram um fórum de discussão política, incorporando, em 2011, a África do Sul.

De maneira geral, a confiança depositada nos BRICs pela Goldman Sachs deriva, em primeiro lugar, de sua grande população; afinal, sem esta variável seria praticamente impossível um país atingir um status de grande potência no cenário internacional. Além disso, os analistas pensavam que Brasil, Índia, China e Rússia já haviam desenvolvido – ou, pelo menos, estavam em vias de fazê-lo – instituições e políticas que visavam ao crescimento econômico e que, de fato, vinham logrando sucesso nos últimos anos. Ainda assim, essas previsões não foram inicialmente bem recebidas para a crítica internacional, à exceção do desempenho chinês, que já se estipulava robusto. Em relação ao Brasil, sobretudo, desconfiava-se enormemente de seu potencial. Nos últimos anos, contudo, essas críticas arrefeceram. (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003, p. 02).

O conceito de BRIC, que sofre diversas críticas, pois considera-se que ele avalia apenas o potencial de crescimento, foi aproveitado pelos países integrantes para transformá-lo em um fórum de articulação política. De fato, essa vem sendo a estratégia brasileira nos últimos anos: participar de fóruns de grupos de países por interesses específicos. Neste contexto, o presidente Luis Inácio Lula da Silva participou, em junho de 2009, na cidade russa de Ecaterimburgo, da I Reunião de Cúpula do Grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), juntamente com o Presidente da China, Hu Jintao, com o Presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, e com o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh. Os Chefes de Estado e de Governo dos BRICs trataram de temas relativos à crise econômico-financeira e à conjuntura política internacional. A reunião serviu, ainda, para discutir a institucionalização do grupo. A segunda reunião ocorreu em 2010, no Brasil.

Em abril de 2011, a presidente Dilma Rousseff esteve na China, para uma agenda que incluía a assinatura de acordos em diversas áreas e para participar da Cúpula dos Brics, que ocorreu em Sanya, no dia 14 de abril. Na Terceira Cúpula dos BRICS, foi formalizada a entrada da África do Sul. Os números da África do Sul são bem mais modestos que o restante dos BRICS, mas é um importante representante do continente Africano. A quarta Cúpula dos BRICS ocorreu na Índia, em 2012. Assim, os BRICS estão indo além do significado de mercado emergente. Os BRICS constituem uma articulação bem mais profunda, que remonta à própria reorganização do sistema internacional. Entretanto, outros países reunindo capacidade relativa estão atingindo rápido crescimento econômico e possuem características que apontam para sua emergência econômica e política no cenário internacional.

Por outro lado, outros países estão sendo arrolados como potenciais emergentes. Neste contexto, no final de 2005, foi construído o conceito de Next Eleven (N-11). O objetivo do estudo foi identificar os países que poderiam ter um impacto semelhante ao BRIC em rivalizar com o G7. Sua principal base comum e motivo para selecioná-los era de que eles eram o mais próximo conjunto com larga população após os BRIC. O

resultado foi um grupo muito diversificado que inclui Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Coreia do Sul, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietnam. Algumas dessas economias são bem conhecidas (como a Coreia do Sul e o México), mas também existem diversos que não são (tais como Nigéria, Vietnã, Paquistão e Bangladesh) (WILSON; STUPNYTSKA, 2007, p. 02).

A diversidade dos países do Grupo N-11 faz com que seja difícil generalizar. Mas as projeções confirmam que muitos deles têm histórias interessantes de crescimento, juntamente com razoável escala, embora suas perspectivas variem amplamente e alguns enfrentem desafios muito maiores que outros. Este grupo é bem menos coerente do que os BRICS, mas esta diversificação pode ser interessante para o teste de se verificar se há posições comuns mesmo nesta diversidade (WILSON; STUPNYTSKA, 2007, p. 02).

Dadas as condições atuais, este potencial pode ser realizado. Para comparar condições de crescimento, foi utilizada pelo Banco Goldman Sachs, a metodologia de Escore de Crescimento (Growth Environment Scores - GES), destacando os pontos fortes e fracos do Grupo. As altas nos preços de commodities, baixa taxa de juros, sólido crescimento global são alguns destes pontos fortes. Também são destacados: a grande população (a maioria com mais de 100 milhões de habitantes) e o Produto Interno Bruto, em crescente elevação.

Assim como no caso dos BRIC's, o primeiro critério para conceituar esses países como mercados emergentes é demográfico, à medida que sem uma grande população nem mesmo as mais exitosas experiências de crescimento econômico conseguem ter um grande impacto mundial. Também é importante ressaltar a atenção que têm chamado de investidores internacionais muitos mercados que não constavam como interessantes, como Vietnã, Nigéria e Paquistão. Esse fato está inextricavelmente vinculado ao recente crescimento econômico entre 2004 e 2006, que atingiu 5,9%, o maior em quinze anos. Além do Vietnã, cinco outros N-11 apresentaram um desempenho maior do que 5% entre 2002 e 2006. Como causas desse sucesso estão a baixa inflação, os superávits governamentais, a abertura comercial e o recrudescimento de investimento externo direto nesses países. (WILSON; STUPNYTSKA, 2007, p. 137).

Assim, os N-11 começam a aumentar sua participação na economia mundial. Em 2000, representavam apenas 1% do total do PIB global. Já em 2006 esse número havia subido para 7%. Desse valor, a Coreia do Sul é responsável por aproximadamente 1/3. México, Indonésia e Turquia, combinados, respondem por pouco mais da metade do total dos Next Eleven. Há, também, um aumento da participação no comércio mundial, pois já contam por 8% do valor total. Em relação ao IED, também vem acontecendo um recrudescimento generalizado. Atualmente, 6% dos fluxos totais vão diretamente para os países dos N-11. O desenvolvimento dos mercados financeiros é ainda mais impressionante: oito dos dez países que os têm cresceram mais de 200% nesse período. (WILSON; STUPNYTSKA, 2007, p. 139).

A partir da leitura desses dados, o Goldman Sachs traçou suas expectativas em relação aos N-11 em 2050. De acordo com o resul-

tado desse estudo, México e Indonésia deverão superar G-7 (Estados Unidos não estão inclusos) até 2050. Nigéria, Coreia do Sul, Turquia e Vietnã, por sua vez, ultrapassarão Canadá e Itália. No caso nigeriano, especula-se que sua economia, dentro de quarenta anos, será maior do que a francesa. Os menores, Filipinas, Irã, Egito, Paquistão e Bangladesh, se tiverem êxito, poderão rivalizar com as economias menos robustas do G-7. Com isso, o rendimento médio das populações desses países deve dobrar nos próximos vinte anos. Destaca-se o Vietnã, cujo desempenho pode ser três vezes melhor. No entanto, somente a Coreia do Sul poderá ter um padrão semelhante ao do G-7. (WILSON; STUPNYTSKA, 2007, p. 141 e 142).

É importante frisar, desde logo, que o lugar reservado aos N-11 no cenário econômico mundial das próximas décadas não será tão promissor quanto o imaginado para os BRIC's. Apenas o México e a Coreia do Sul pareciam ter potencial para exercer um peso razoavelmente semelhante àquele dos BRIC's. Esse conceito, portanto, diferencia-se do anterior por focar-se mais exclusivamente no potencial de crescimento econômico, sem imaginar um papel político proeminente para esses países em questão, embora evidentemente projetando um crescimento de suas capacidades de atuação no cenário internacional. Alguns desses países eram ainda desconhecidos para uma grande parte dos investidores internacionais, o que realça sua pequena capacidade para competir com os BRIC's em um futuro próximo. Ainda sim, sua expectativa de crescimento econômico destaca-se. (O'NEILL et al., 2005, p. 08).

A partir destas projeções de crescimento, considerando os países dos BRICS e do N-11 em conjunto, podem ser identificados três grupos: a) Um primeiro grupo inclui as economias que têm superado as expectativas. A China está, naturalmente, no topo desta lista que, dentro do BRIC, também incluir Brasil e Índia. Dos países do N-11, poderiam ser incluídos a Indonésia e as Filipinas neste grupo; b) Um segundo grupo composto por países que têm em grande parte alcançado as projeções de crescimento iniciais, ou seja, Bangladesh, Egito, Coreia do Sul, Turquia, Nigéria e Vietnã. A Rússia, também pode ser classificada neste segundo grupo; c) O terceiro grupo inclui os países que tiveram fraco desempenho, comparados com os demais: Irã, Paquistão e México (O'NEILL; STUPNYTSKA, 2009, p. 04).

Assim, o conjunto de estudos fundamentais do Banco Goldman Sachs aponta para um grupo de países que vem apresentando um crescimento alto, acima da média das grandes potências. Com elevada população e crescimento econômico, este conjunto de países (em maior grau os BRICS e em menor grau O N-11) vem se tornando o centro dinâmico do desenvolvimento econômico mundial e tem indicado a ascensão de novas potências políticas para o sistema internacional. Agora, os estudos do Banco Goldman Sachs, mesmo que possam ter distorções e ainda trabalhem com hipóteses em grande parte baseadas em projeções, o fato que nos interessa nesta pesquisa é a identificação de países que estão emergindo no cenário internacional como potências econômicas intermediárias, com capacidades relativas ampliadas.



Mapa 1 - Os BRICS e N-11  
 Fonte: WILSON; STUPNYTSKA, 2007.

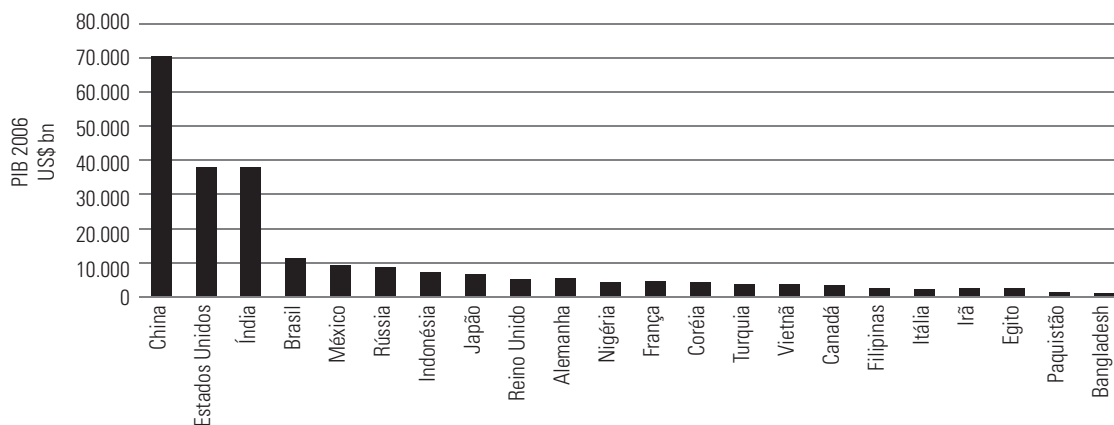


Figura 1 - O mundo em 2050, de acordo com a perspectiva de crescimento.  
 Fonte: WILSON; STUPNYTSKA, 2007.

### Problematizando os países emergentes

A existência de países que ocupam uma posição intermediária na economia mundial é um fato estudado há décadas. Este grupo de Estados nem tão ricos nem tão pobres foi denominado de “semiperiferia”, por estar localizado entre o “centro” e a “periferia”, em um cenário de estratificação econômica no qual se baseia a teoria da dependência. Os adeptos dessa teoria sustentavam que a posição intermediária era instável, pois os países localizados nela iriam rapidamente ou para o centro ou para a periferia, devido a tendências naturais de polarização que a economia capitalista mundial apresenta. Já a teoria da modernização afirmava que a situação semiperiférica não era duradoura por se tratar de uma mera etapa transitória a se passar no caminho do atraso rumo à modernidade. Giovanni Arrighi se inseriu nesse debate aceitando a existência da semiperiferia, mas defendendo que ela não abriga os países por um curto período de tempo, mas sim por períodos muito mais largos, inclusive várias décadas. (ARRIGHI, 1997, p. 137-138)

Já no âmbito da política internacional, expressões como “grandes potências”, “potências intermediárias” ou mesmo “pequenas potências” são frequentemente utilizadas no meio político, acadêmico e na mídia. No entanto, as definições de tais expressões permanecem vagas e diversas e seu significado pode mudar dependendo do contexto e do uso. (YAMASAKI, 2009a, p.2-3) Pensar em nova ordem mundial pressupõe a crença na mudança, progresso e alternativas à ordem vigente. Por esta razão, é preciso saber se a ascensão das chamadas potências médias traz mudanças na ordem mundial do novo século. O surgimento de numerosos problemas internacionais e a necessidade de resolvê-los de forma multilateral trouxe à tona discussões a respeito das potências regionais e poder intermediário (MOORE, 2007, p.2).

O conceito de “potência média” possui duas dimensões: por um lado é uma ideologia ou retórica para política externa, por outro, um instrumento para análise acadêmica. Por não ter definição exata, o termo ganhou uso político e é usado com intenções variadas, em especial para se obter reconhecimento internacional como ator influente (YAMASAKI, 2009b, p. 34-35). No contexto acadêmico, existe uma forma de classificação hierárquica que vai além das características de poder nacional e funcionalidade em organizações internacionais. Potências médias podem ser vistas como um grupo de países que se comportam de uma maneira específica. Bernard Wood descreve comportamentos que guiam a “diplomacia das potências médias” como a “tendência a buscar soluções multilaterais para os problemas internacionais, a tomar posições em disputas internacionais e a adotar a noção de ‘bom cidadão internacional’” (YAMASAKI, 2009 b, p.45).

Definir quais são os atributos e que países se adaptam na categoria de potência média, bem como associar estes atributos (PIB, recursos militares, etc.) com um determinado padrão de política externa tem sido uma tarefa difícil. Por ser um grupo formado por países muito diversos, há poucos padrões de comportamento internacional. Um exemplo é a decisão da Índia em aumentar seu poder militar, enquanto que o Brasil minimizou a importância dedicada a este setor. Uma forma alternativa de se estabelecer este conceito é através de uma ótica construtivista, considerando potências médias não como uma categoria definida por possuir determinadas capacidades, mas como identidade ou ideologia auto-criada. Poder intermediário, neste sentido, torna-se uma forma particular de ideologia de política externa (HURREL, 2000, p.1).

Em termos de comportamento, potências médias se caracterizariam por buscar manter a primazia do direito internacional e negociações para resoluções de conflitos. Em termos ideológicos, por buscar autonomia política e visão crítica da ordem internacional, mesmo com meios limitados para mudanças. Por possuir meios tradicionais de poder (militar e econômico), podem para exercer influência em questões internacionais além de sua própria região (MOORE, 2007, p.7). Seguindo a linha da Escola Inglesa, Moore busca explicar o papel das potências médias na ordem internacional vigente utilizando o conceito de que potência média não deve ser usada para definir um país, mas um tipo de comportamento, um instrumento diplomático. Porém, para ter credibilidade ao aplicar este instrumento diplomático, um país precisa ter recursos materiais tradicionais, como poder militar e econômico, além de “soft power” (MOORE, 2007, p. 3-4).

Dessa forma, “Possíveis potências médias” são países que possuem a “diplomacia de potência média” (*middlepowemanship*) como uma de suas opções de estratégia. Esta diplomacia é baseada não apenas no poder nacional, mas na capacidade de persuasão e reconciliação com outros atores. Agindo dessa forma, alguns países secundários conseguem exercer maior influência e passam a ter uma reputação positiva, apesar de seu poder relativamente pequeno ou médio. Países com este tipo de comportamento possuem quatro características principais: 1) liderança na cooperação com outros atores (países ou organizações internacionais); 2) liderança empresarial ou intelectual; 3) ter esta forma de diplomacia uma de suas possíveis estratégias; 4) alguns países que se dizem potências médias não aplicam este tipo de diplomacia, enquanto alguns que a usam não se dizem potências médias (YAMASAKI, 2009, p 97).

As “Possíveis potências médias” nem sempre utilizam a forma específica de “diplomacia das potências médias” (assim como as grandes ou pequenas potências não apresentam os mesmos padrões de comportamento nas relações internacionais). Portanto, o grupo de “possíveis potências médias” é mutável e contextual. De acordo com suas capacidades (recursos) e interesses, um país pode tomar a liderança em determinada questão e, ao mesmo tempo, pode agir como uma pequena potência ao não se envolver em outras questões. De fato, as “possíveis potências médias” tomarão a liderança apenas em algumas seletas questões, visto que possuem recursos limitados (YAMASAKI, 2009, p. 83-87).

Daniel Fledes utiliza o exemplo da ascensão do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) para caracterizar potências intermediárias. Para o autor, o IBAS pode ser visto tanto como uma aliança estratégica para alcançar interesses comuns dentro de instituições, como também uma plataforma para a cooperação Sul-Sul (FLEMES, 2007, 6) A reforma do Conselho de Segurança da ONU proposta por estes países defende a inclusão de países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, para torná-lo mais democrático, legítimo e representativo (FLEMES, 2007, p.11). A estratégia de usar instituições internacionais para promover a cooperação Sul-Sul culminou na criação do G-20 na Conferência de Cancun da OMC, em 2003 (FLEMES, 2007, p.17).

A definição como potências regionais enfatiza a predominância em uma área geográfica restrita e o papel de pacificadores. Processos de cooperação regional, como o Mercosul, SAARC e SADC se por um lado, podem servir como base para a projeção de poder, por outro, encontra a contestação deste poder por outros países da região – é o caso do Paquistão para a Índia; Argentina e Venezuela para o Brasil; e Nigéria para a África do Sul. Portanto, a importância dos países do IBAS dentro de organizações internacionais, como a ONU, é dada mais pelo seu discurso de justiça global do que pela efetividade de sua liderança regional (FLEMES, 2007, p. 7).

Em suma, o tipo ideal de potência média é um Estado intermediário, que enfatiza o multilateralismo e tem visão crítica sobre a ordem internacional. No entanto, o desejo de ter maior importância na sociedade internacional diminui a habilidade das novas potências médias de serem críticas, pois passam a apresentar uma postura de “responsabilidade global”. Portanto, as novas potências médias não são desafiadoras



do sistema, pois participam e se enquadram na ordem tanto econômica, como política e social – têm o capitalismo como modo de produção, bem como participam das diversas instituições internacionais moldadas pela potência hegemônica (MOORE, 2007, p. 7).

Considerando que o sistema internacional está a mais de uma década sob a ordem unipolar (militar) dos Estados Unidos Chong Ian (2003) procura construir uma tipificação sobre as modalidades de atuação dos países intermediários. Ao longo deste período, o debate sobre balança de poder – e em contrapartida, *bandwanging* – é permanente, mesmo que os Estados não se comportem desta forma. Ian afirma que estas abordagens ainda são freqüentes, pois há pouco estudo sobre o comportamento dos países secundários. Para o autor, dois fatores influenciam no padrão de comportamento destes países: primeiro, o nível de poder em comparação com o país líder; segundo, o grau de integração no sistema mundial. Dados estes fatores, países secundários podem se comportar de quatro formas diferentes: “*Buffering*”(amortecimento), “*Bonding*” (aproximação), “*Binding*”(Aceitação), e “*Beleaguering*(enfrentamento)”. A hipótese central do autor é de que, em geral, países com mais poder relativo em um sistema unipolar tendem a utilizar as estratégias de “*buffering*” ou “*beleaguering*”; enquanto países mais fracos utilizam “*bonding*” ou “*binding*”. Ao mesmo tempo, Estados mais integrados no sistema internacional costumam utilizar “*buffering*” ou “*binding*”, e os menos integrados, “*bonding*” ou “*beleaguering*” (IAN, 2003, p. 1). Já “*Hiding*” (isolamento) é a quinta estratégia possível. Ocorre quando países decidem evitar disputas e possíveis tensões e optam pelo isolamento. Voluntariamente, estes países reduzem ou rompem as relações com adversários reais ou potenciais. Comportar-se desta forma tornou-se muito difícil devido à crescente interdependência e aos vínculos criados pelas instituições (IAN, 2003, p. 14-15). As estratégias utilizadas pelos países não são, necessariamente, mutuamente exclusivas. Os Estados podem apresentar diferentes comportamentos, dependendo da situação. O estudo de Ian limita-se a apresentar as estratégias de segurança dos países secundários em relação à potência líder (IAN, 2003, p. 18).

A maior parte dos estudos sobre unipolaridade discute as maneiras pelas quais o sistema pode mudar. Este estudo é uma tentativa de mostrar como Estados que ocupam posições secundárias em um sistema estável são capazes de responder ao país que exerce liderança e buscar auto-ajuda. Em especial no sistema unipolar, percebe-se que balança de poder e *bandwanging* não são as únicas formas possíveis destes países se comportarem. A ação individual dos Estados secundários pode não causar grande impacto no sistema, no entanto, os países podem agir de forma coletiva. No sistema atual, a maioria dos países demonstra utilizar “*Binding*”, “*Bonding*” ou “*Buffering*”, o que sugere a manutenção da estabilidade da ordem unipolar. Porém, o crescente unilateralismo dos Estados Unidos faz com que países prefiram adotar estratégias de “*Buffering*”, aumentando o multilateralismo e desestabilizando sistema (IAN, 2004, p. 22-23).

Assim, este conjunto de países intermediários, denominados como N-11, tem um grande potencial de crescimento. Além disso, com capacidade econômica crescente, os países do N-11 podem ser considerados

atores estratégicos no reordenamento político internacional, em especial pela capacidade de mobilizar recursos e pelo amplo leque de possibilidades de atuação internacional, em comportamentos que vão desde colaboração com as potências hegemônicas, como a sua contestação. Na tabela 1, pode-se identificar a posição que os países do N-11 ocupam na hierarquia do PIB mundial. Ao lado, consta a população dos países, mostrando que os países do N-11 se encontram entre os 25 mais populosos do mundo.

Tabela 1 - Hierarquização dos países por PIB – com destaque nos países no N-11

País	PIB (milhões de US\$)	População
1. EUA	15 094 025	313 232 044 (3º)
2. CHINA	7 298 147	1 336 718 015 (1º)
3. JAPÃO	5 869 471	126 475 664 (10º)
4. ALEMANHA	3 577 031	81 471 834 (16º)
5. FRANÇA	2 776 324	65 312 249 (21º)
6. BRASIL	2 492 908	192 376 496 (5º)
7. REINO UNIDO	2 417 570	62 698 362 (22º)
8. ITÁLIA	2 198 730	61 016 804 (23º)
9. RÚSSIA	1 850 401	138 739 892 (9º)
10. CANADÁ	1 736 869	34 030 589 (36º)
11. ÍNDIA	1 676 143	1 189 172 906 (2º)
12. ESPANHA	1 493 513	46 754 784 (27º)
13. AUSTRÁLIA	1 488 221	21 766 711 (55º)
14. MÉXICO	1 154 784	113 724 226 (11º)
15. COREIA DO SUL	1 116 247	48 754 657 (25º)
16. INDONÉSIA	845 680	245 613 043 (4º)
17. PAÍSES BAIXOS	840 433	16 645 313 (59º)
18. TURQUIA	778 089	78 785 548 (17º)
19. SUÍÇA	636 059	7 581 520 (95º)
20. ARÁBIA SAUDITA	577 595	26 131 703 (46º)
21. SUÉCIA	538 237	9 045 389 (87º)
22. POLÔNIA	513 821	38 441 588 (33º)
23. BÉLGICA	513 396	10 403 951 (76º)
24. NORUEGA	483 650	4 644 457 (115º)
25. IRÃ	482 445	77 891 220 (18º)
26. TAIWAN	466 832	23 071 779 (50º)
27. ARGENTINA	447 644	41 769 726 (31º)
28. ÁUSTRIA	419 243	8 205 533 (92º)
29. ÁFRICA DO SUL	408 074	49 004 031 (24º)
30. EAU	360 136	4 621 399 (117º)
31. TAILÂNDIA	345 649	66 720 153 (20º)
32. DINAMARCA	333 238	5 484 723 (110º)
33. COLÔMBIA	328 422	44 725 543 (29º)
34. VENEZUELA	315 841	27 635 743 (45º)
35. GRÉCIA	303 065	10 722 816 (74º)
36. MALÁSIA	278 680	28 728 607 (43º)
37. FINLÂNDIA	266 553	5 244 749 (113º)
38. CINGAPURA	259 849	4 608 167 (118º)
39. CHILE	248 411	16 454 143 (60º)
40. HONG KONG	243 302	7 018 636 (101º)
41. ISRAEL	242 897	7 112 359 (99º)
42. NIGÉRIA	238 920	155 215 573 (8º)
43. PORTUGAL	238 880	10 676 910 (75º)
44. EGITO	235 719	82 079 636 (15º)
45. IRLANDA	217 669	4 156 119 (125º)

País	PIB (milhões de US\$)	População
46. REPÚBLICA TCHECA	215 265	10 220 911 (78°)
47. FILIPINAS	213 129	94 010 000 (12°)
48. PAQUISTÃO	210 566	187 342 721 (6°)
49. ARGÉLIA	190 709	34 994 937 (34°)
50. ROMÊNIA	189 776	21 904 551 (54°)
51. CAZAQUISTÃO	178 312	15 340 533 (61°)
52. KUWAIT	176 667	2 596 799 (139°)
53. CATAR	173 847	824 789 (156°)
54. PERU	173 502	29 248 943 (42°)
55. UCRÂNIA	164 960	45 134 707 (28°)
56. NOVA ZELÂNDIA	161 851	4 173 460 (124°)
57. HUNGRIA	140 303	9 930 915 (81°)
58. VIETNÃ	122 722	90 549 390 (14°)
59. IRAQUE	115 388	30 399 572 (39°)
60. BANGLADESH	113 032	158 570 535 (7°)

Fonte: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2011.

O Padrão de comportamento dos países do Grupo Next Eleven na Assembléia Geral da ONU

Um dos questionamentos desta pesquisa é verificar as convergências e divergências da política externa dos países do N-11 com a política externa brasileira, em comparação com as grandes potências e países que compõem os BRICS (Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul). Como primeira abordagem, foi realizado um recorte para verificar a coincidência de votos na Assembléia Geral da ONU dos países do N-11 com o Brasil, em comparação com os EUA e com a China. O número total de resoluções aprovadas correspondem, no período, a 796 votos, configurando uma média de 70 resoluções por ano.

A pesquisa empírica inicial sobre o padrão de votações destes países emergentes na ONU indica alta coincidência de votos em relação ao Brasil e a China, e baixa coincidência de votos em relação aos Estados Unidos. Dos onze países analisados, apenas Turquia e Coréia do Sul não seguem este padrão, tendendo coincidir os votos com os Estados Unidos. Assim, os países emergentes têm padrões de inserção internacional que podem ser aproveitados pela política externa brasileira.

Tabela 2 - Votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU Brasil e Next Eleven (2000-2010)

	FIL	NIG	MEX	BAN	IND	VIE	IRÃ	EGI	PAQ	TUR	COR	Total
2000	59	59	59	57	57	56	55	53	50	51	52	67
2001	58	56	60	57	56	54	56	55	52	50	47	67
2002	60	60	64	58	59	58	58	57	54	48	46	71
2003	66	64	65	64	64	63	62	63	60	51	44	75
2004	59	60	56	59	59	57	57	58	57	47	41	69
2005	67	66	64	69	65	66	64	63	60	55	49	74
2006	79	77	76	76	76	75	73	72	70	60	58	84
2007	73	75	74	71	70	71	70	70	67	56	50	79
2008	68	68	68	65	64	63	60	61	59	52	49	74
2009	64	64	60	62	62	61	60	60	57	44	37	68
2010	64	60	57	60	59	60	58	58	57	46	40	68
Soma	717	709	703	698	691	684	673	670	643	560	513	796

Fonte: ONU, 2011.

Tabela 3 - percentual de votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU Brasil e Next Eleven (2000-2010)

%	FIL	NIG	MEX	BAN	IND	VIE	IRÃ	EGI	PAQ	TUR	COR	Total
2000	88,1	88,1	88,1	85,1	85,1	83,6	82,1	79,1	74,6	76,1	77,6	100
2001	86,6	83,6	89,6	85,1	83,6	80,6	83,6	82,1	77,6	74,6	70,1	100
2002	84,5	84,5	90,1	81,7	83,1	81,7	81,7	80,3	76,1	67,6	64,8	100
2003	88,0	85,3	86,7	85,3	85,3	84,0	82,7	84,0	80,0	68,0	58,7	100
2004	85,5	87,0	81,2	85,5	85,5	82,6	82,6	84,1	82,6	68,1	59,4	100
2005	90,5	89,2	86,5	93,2	87,8	89,2	86,5	85,1	81,1	74,3	66,2	100
2006	94,0	91,7	90,5	90,5	90,5	89,3	86,9	85,7	83,3	71,4	69,0	100
2007	92,4	94,9	93,7	89,9	88,6	89,9	88,6	88,6	84,8	70,9	63,3	100
2008	91,9	91,9	91,9	87,8	86,5	85,1	81,1	82,4	79,7	70,3	66,2	100
2009	94,1	94,1	88,2	91,2	91,2	89,7	88,2	88,2	83,8	64,7	54,4	100
2010	94,1	88,2	83,8	88,2	86,8	88,2	85,3	85,3	83,8	67,6	58,8	100
Soma	90,1	89,1	88,3	87,7	86,8	85,9	84,5	84,2	80,8	70,4	64,4	100

Fonte: ONU, 2011.

Tabela 4 - Votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU: EUA e Next Eleven (2000-2010)

	TUR	COR	MEX	NIG	FIL	BAN	PAQ	IND	EGI	VIE	IRÃ	Total
2000	25	19	13	13	13	13	10	14	12	14	14	67
2001	16	16	7	8	7	7	6	6	6	5	6	67
2002	22	20	11	9	9	8	9	8	8	6	8	71
2003	21	18	12	9	9	9	9	9	9	8	9	75
2004	21	20	11	7	8	5	6	5	6	5	6	69
2005	19	15	9	6	6	6	5	5	4	5	4	74
2006	17	17	9	6	7	7	9	6	6	5	6	84
2007	18	17	7	6	4	5	7	5	5	5	6	79
2008	14	12	6	5	3	6	6	5	5	4	4	74
2009	21	21	10	8	7	7	6	7	6	7	5	68
2010	24	24	16	11	11	9	8	8	9	10	5	68
Soma	218	199	111	88	84	82	81	78	76	74	73	796

Fonte: ONU, 2011.

Tabela 5 - Percentual de votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU: EUA e Next Eleven (2000-2010)

%	TUR	COR	MEX	NIG	FIL	BAN	PAQ	IND	EGI	VIE	IRÃ	Total
2000	37,3	28,4	19,4	19,4	19,4	19,4	14,9	20,9	17,9	20,9	20,9	100
2001	23,9	23,9	10,4	11,9	10,4	10,4	9,0	9,0	9,0	7,5	9,0	100
2002	31,0	28,2	15,5	12,7	12,7	11,3	12,7	11,3	11,3	8,5	11,3	100
2003	28,0	24,0	16,0	12,0	12,0	12,0	12,0	12,0	12,0	10,7	12,0	100
2004	30,4	29,0	15,9	10,1	11,6	7,2	8,7	7,2	8,7	7,2	8,7	100
2005	25,7	20,3	12,2	8,1	8,1	8,1	6,8	6,8	5,4	6,8	5,4	100
2006	20,2	20,2	10,7	7,1	8,3	8,3	10,7	7,1	7,1	6,0	7,1	100
2007	22,8	21,5	8,9	7,6	5,1	6,3	8,9	6,3	6,3	6,3	7,6	100
2008	18,9	16,2	8,1	6,8	4,1	8,1	8,1	6,8	6,8	5,4	5,4	100
2009	30,9	30,9	14,7	11,8	10,3	10,3	8,8	10,3	8,8	10,3	7,4	100
2010	35,3	35,3	23,5	16,2	16,2	13,2	11,8	11,8	13,2	14,7	7,4	100
Soma	27,4	25,0	13,9	11,1	10,6	10,3	10,2	9,8	9,5	9,3	9,2	100

Fonte: ONU, 2011a.

Tabela 6 - Votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU: China e Next Eleven (2000-2010)

	IRÃ	EGI	VIE	IND	BAN	PAQ	NIG	FIL	MEX	TUR	COR	Total
2000	63	64	61	60	59	61	57	57	56	44	42	67
2001	64	65	63	62	60	62	59	59	60	46	43	67
2002	68	69	67	65	66	66	65	63	62	45	40	71
2003	71	72	72	69	69	69	66	67	65	47	41	75
2004	65	65	66	63	63	63	64	61	56	44	39	69
2005	69	68	70	68	68	69	64	65	62	50	45	74
2006	81	80	80	80	80	77	74	76	72	57	54	84
2007	75	73	73	72	73	71	69	68	66	54	50	79
2008	68	67	66	67	68	65	67	61	61	53	47	74
2009	64	63	62	63	62	60	62	60	55	44	36	68
2010	64	65	64	65	64	59	60	58	54	45	37	68
Soma	752	751	744	734	732	722	707	695	669	529	474	796

Fonte: ONU, 2011.

Tabela 7 - Percentual de votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU: China e Next Eleven (2000-2010)

%	IRÃ	EGI	VIE	IND	BAN	PAQ	NIG	FIL	MEX	TUR	COR	Total
2000	94,0	95,5	91,0	89,6	88,1	91,0	85,1	85,1	83,6	65,7	62,7	100
2001	95,5	97,0	94,0	92,5	89,6	92,5	88,1	88,1	89,6	68,7	64,2	100
2002	95,8	97,2	94,4	91,5	93,0	93,0	91,5	88,7	87,3	63,4	56,3	100
2003	94,7	96,0	96,0	92,0	92,0	92,0	88,0	89,3	86,7	62,7	54,7	100
2004	94,2	94,2	95,7	91,3	91,3	91,3	92,8	88,4	81,2	63,8	56,5	100
2005	93,2	91,9	94,6	91,9	91,9	93,2	86,5	87,8	83,8	67,6	60,8	100
2006	96,4	95,2	95,2	95,2	95,2	91,7	88,1	90,5	85,7	67,9	64,3	100
2007	94,9	92,4	92,4	91,1	92,4	89,9	87,3	86,1	83,5	68,4	63,3	100
2008	91,9	90,5	89,2	90,5	91,9	87,8	90,5	82,4	82,4	71,6	63,5	100
2009	94,1	92,6	91,2	92,6	91,2	88,2	91,2	88,2	80,9	64,7	52,9	100
2010	94,1	95,6	94,1	95,6	94,1	86,8	88,2	85,3	79,4	66,2	54,4	100
Soma	94,5	94,3	93,5	92,2	92,0	90,7	88,8	87,3	84,0	66,5	59,5	100

Fonte: ONU, 2011.

### A posição dos países do Grupo Next Eleven sobre a Reforma do Conselho de Segurança da ONU .....

Desde o fim da Guerra Fria, o tema da reforma do Conselho de Segurança tem sido apresentado nos fóruns multilaterais. Desde então, vários relatórios e propostas foram apresentados. Em 2005, o relatório de Kofi Anan, "In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All", trabalhava com dois modelos de Reforma do Conselho de Segurança da ONU. O modelo A previa a inclusão de seis novos membros permanentes e de três novos membros não-permanentes. O modelo B previa a criação de uma nova categoria de membros (em número de oito), com mandatos renováveis de quatro anos e um novo cargo para mandatos de dois anos.

Neste contexto, o Brasil articulou-se com outros três países igualmente candidatos às pretendidas novas vagas permanentes. Em 2004, formou-se o G-4, com Brasil, Índia, Alemanha e Japão. Dois países altamente

desenvolvidos (Alemanha e Japão) e os dois grandes países em desenvolvimento selaram uma aliança em defesa de suas candidaturas, no contexto de pressão pela reforma das Nações Unidas. Entretanto, devido a uma série de pressões e a uma estratégia própria, o Japão anunciou a saída do G-4 em janeiro de 2006, mas retornou a dialogar com o grupo em julho de 2007, em uma reunião em Nova Iorque. Os membros do G-4 defendem a ampliação de 6 vagas permanentes para o Conselho de Segurança (também conhecido como modelo A). (SOARES, 2009)

A União Africana defende a posição dos países africanos tomada em 1997, ano em que foi aprovada a Declaração de Harare, a qual defendia a concessão de dois assentos permanentes com direito de veto mais dois assentos não-permanentes para a África. Em 2005, em resposta à proposta do G-4, a UA lançou o Consenso de Ezulwini, reafirmando a Declaração da Harare, de modo a rejeitar a proposta do G-4, a qual seria considerada pouco ambiciosa.

O grupo Unidos pelo Consenso (Uniting for Consensus – UfC), também conhecido como Coffee Club, surgiu como grupo de pressão com o objetivo de fazer um contraponto ao G-4. O grupo é basicamente formado por países que se contrapõem regionalmente ao pleito por um assento permanente dos países do G-4, mais alguns aliados, tendo como proposta a ampliação consular com uma nova categoria de membros com um mandato ampliado. Nesse sentido, sua proposta se alinha com o Plano B referendado no relatório de Kofi Annan, de 2005. Compõem o Unidos pelo Consenso: Argentina, México, Colômbia (opositores do Brasil); Coréia do Sul (opositora do Japão); Itália (opositora da Alemanha); Paquistão (opositor da Índia); Malta, San Marino (prováveis aliados da Itália); Canadá, Costa Rica e Turquia (ALVES, 2008).

Quadro 1 - Posições sobre a Reforma do Conselho de Segurança da ONU

	G-4	União Africana	Unidos pelo Consenso (UfC)
Membros permanentes	5	5 +2 (África)	5
Membros permanentes sem veto	6 (2 África, 2 Ásia, 1 Europa e 1 América Latina e Caribe)	+2 (África)	----
Membros não permanentes	10 +4 (1 África, 1 Ásia, 1 América Latina e Caribe e 1 Europa Oriental) + 1 (mundo em desenvolvimento)		10
Nova Categoria	-----		+ 10 (não permanentes com possibilidade de reeleição sucessiva)
Total	26	N/D	25

Fonte: Soares, 2009.

Os países do N-11 apresentam grande heterogeneidade nas posições sobre a Reforma do Conselho de Segurança da ONU. Verifica-se que apenas três países do N-11 apóiam o G-4 (Irã, Vietnã, Filipinas), enquanto cinco países apóiam a reforma no modelo “Unidos pelo Consenso” (Coréia

do Sul, México, Paquistão, Turquia, Indonésia), dois apóiam a proposta da União Africana (Egito e Nigéria). Já Bangladesh, que apoiava o modelo do “Unidos pelo Consenso”, vem mostrando apoio à Índia. Neste sentido, o Brasil pode enfrentar dificuldades em encontrar apoio à proposta defendida pelo G-4 entre estes países emergentes.

Quadro 2 - Posição do Next Eleven sobre a Reforma do Conselho de Segurança

País	Mandatos Rotativos no CSNU	Posição do País sobre a Reforma	Aproximação com G-4 ou UfC?
Irã	1	Necessária reforma com assentos permanentes, sendo pelo menos um para uma nação muçulmana.	Aproxima-se do G-4
Vietnã	1	Aumento do número de membros, nas duas categorias, com maior representação dos países em desenvolvimento.	Aproxima-se do G-4
Filipinas	4	Assentos permanentes para regiões com mandato de 5 anos e mais oito assentos não permanentes, distribuídos regionalmente	Aproxima-se G-4
Bangladesh	2	Reforma envolvendo os países em desenvolvimento. CSNU deve prestar mais contas a GANU.	Indefinido. Ratificou com UfC, mas faz acordos com Índia sobre reforma.
Indonésia	3	Delegação já afirmou na GANU que são necessárias novas vagas permanentes, entretanto, vem ratificando documentos do UFC	Já se aproximou mais do G-4, atualmente ratifica documentos do UfC
Coréia do Sul	1	Formulador da proposta “Unidos pelo Consenso”. Adição de assentos rotativos com mandatos maiores e de acordo com uma divisão regional igualitária	UfC
México	4	Formulador da proposta “Unidos pelo Consenso”.	UfC
Paquistão	7	Formulador da proposta “Unidos pelo Consenso”.	UfC
Turquia	4	Faz parte do grupo “Unidos pelo Consenso” e se coloca como candidato a um assento rotatório representando as nações muçulmanas.	UfC
Egito	4	Defende o posicionamento dos países não alinhados, afirmando que deve haver uma adição de membros permanentes, com veto, focando na África	Aproximando-se com propostas da União Africana.
Nigéria	4	Defende a proposta da União Africana, onde a África deve receber no mínimo dois assentos permanentes com veto.	União Africana

Fonte: ONU (2010, 2011).

### Considerações finais

Os estudos do Banco Goldman Sachs apontam para um grupo de países que vem apresentando um crescimento alto, acima da média das grandes potências. Com elevada população e crescimento econômico, este conjunto de países (em maior grau os BRICS e em menor grau os países do N-11) vem se tornando o centro dinâmico do desenvolvimento econômico mundial e tem mostrado a ascensão de novas potências políticas para o sistema internacional. Agora, os estudos do Banco Goldman Sachs, mesmo que possam ter distorções e ainda trabalharem com hipóteses futuras, o fato que nos interessa nesta pesquisa é a identificação de países que estão emergindo no cenário internacional como potências econômicas intermediárias, com capacidades relativas ampliadas. Problematizar sobre sua participação na economia e na política mundial, com impactos no desenvolvimento e na inserção internacional do Brasil, identificando espaços de oportunidade, constitui a agenda de trabalho desta pesquisa.

O Brasil, ao reforçar suas alianças com países em desenvolvimento, desvencilha-se gradualmente da influência das potências tradicionais, proporcionando uma maior autonomia. Dessa forma, considera-se que a política externa brasileira na primeira década do novo milênio está se constituindo sobre uma nova matriz de inserção internacional, que busca aprofundar a integração regional na América do Sul, retomar a tradição multilateral do Brasil de perfil crítico às assimetrias internacionais, a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes. Como a política externa na última década tem se mostrado mais fluida e multidimensional, com arranjos políticos, alianças e parcerias estratégicas flexíveis, é importante verificar a consistência dos interesses brasileiros com a dos países emergentes.

A pesquisa empírica sobre o padrão de votações destes países emergentes na ONU indica alta coincidência de votos em relação ao Brasil e a China, e baixa coincidência de votos em relação aos Estados Unidos. Dos onze países analisados, apenas Turquia e Coréia do Sul não seguem este padrão, tendendo a coincidir os votos com os Estados Unidos. Assim, os países emergentes têm padrões de inserção internacional que podem ser aproveitados pela política externa brasileira.

Já em relação à reforma do Conselho de Segurança da ONU, verifica-se que apenas três países do N-11 apóiam o G-4 (Irã, Vietnã, Filipinas), enquanto cinco países apóiam a reforma no modelo “Unidos pelo Consenso” (Coréia do Sul, México, Paquistão, Turquia, Indonésia), dois apóiam a proposta da União Africana (Egito e Nigéria). Já Bangladesh, que apoiava o modelo do “Unidos pelo Consenso”, vem mostrando apoio à Índia. Neste sentido, o Brasil pode enfrentar dificuldades em encontrar apoio à proposta defendida pelo G-4 entre estes países emergentes.

### Referências

- ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio. *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.
- ALVES, Fábio Simão. Dança das cadeiras: a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Juca: A Revista dos Alunos do Instituto Rio Branco*. Ano 2, p. 68-74, 2008.



- AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. *Diplomacia, Estratégia e Política*, Ano 1, n. 1, p. 41-48, out./dez. 2004.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni; AHMAD Iftikhar; SHIH, Miin-wen. As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGUI, Giovanni e SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 227-279.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly (Orgs.). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- BAUMANN, Renato (Org.) *O Brasil e os demais BRICS: comércio e política*. Brasília: CEPAL, 2010.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011.
- FLEMES, Daniel. *Emerging middle powers' soft balancing strategy: state and perspectives of the IBSA dialogue forum*. Hamburg: GIGA Research Programme, 2007. (Working Paper, n. 57).
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Titulo*. 2011. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/weorept.aspx>? Acesso em: 15 maio 2012.
- HURRELL, Andrew. *Some reflections on the role of intermediate powers in international institutions*. Washington: Woodrow Wilson Center, 2000. (Latin American Program Working Paper, n. 244).
- IAN, Chong Ja. *Revisiting responses to power preponderance: going beyond the balancing-bandwagoning dichotomy*. Cingapura: Institute of Defense and Strategic Studies, 2003. (Working Paper, n. 54).
- IAN, Chong Ja. *Testing alternative responses to power preponderance: buffering, binding, bonding and beleaguering in the real world*. Cingapura: Institute of Defense and Strategic Studies, 2004. (IDSS Working Paper, n. 60).
- KEOHANE, Robert. Lilliputian's dilemmas: small states in international politics. *International Organization*, v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969.
- KHANNA, Parag. *O segundo mundo: impérios e influência na nova ordem global*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, p. 24-59, jun. 2005.
- LIMA, Maria Regina. HIRST, Monica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, n. 82, p. 21-40, 2006.
- MOORE, Candice. The 'new' Middle Powers, Vision and Order in International Politics: triumph of liberalism or opportunity missed? Paper presented at the NISA Conference 2007, Odense, 23-25 may, 2007. Disponível em <<http://busieco.samnet.sdu.dk/politics/nisa/papers/CEMOORE.pdf>>. Acesso em 15 out. 2013.
- NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, n. 36, p. 881-901, 2010.
- NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- O'NEILL, Jim et al. *How solid are the BRICs?* Goldman Sachs, 2005. (Global Economics Paper, n. 134). Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/how-solid-doc.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2011.
- O'NEILL, Jim. *Building better global economic BRICs*. Goldman Sachs, 2001. (Global Economics Paper; n. 66). Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/building-better-doc.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2011.
- O'NEILL, Jim; Stupnytska, Anna. *The long-term outlook for the brics and n-11 post crisis*. Goldman Sachs, 2009. (Global Economics Paper, n. 192). Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/long-term-outlook-doc.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2011.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G-20. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, p. 55-69, 2005.
- ONU. GA/11022, General Assembly. *Solution to reform of Security Council 'is in your hands', General Assembly president says as member states begin annual debate on long-standing issue*. Sixty-fifth General Assembly Plenary, 48th e 49th meetings (AM e PM), New York, November 11, 2010a. Disponível em <<http://www.un.org/News/Press/docs/2010/ga11022.doc.htm>>. Último acesso em: 20 set 2013.

ONU. GA/11023, General Assembly. *Concluding annual debate on Security Council reform, General Assembly delegations express competing views on best way forward*. Sixty-fifth General Assembly Plenary, 50th meeting (AM), New York, November, 12, 2010. Disponível em <<http://www.un.org/News/Press/docs/2010/ga11023.doc.htm>>. Último acesso em: 20 set. 2013.

ONU. *Voting Record Search*. 2011. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?profile=voting&menu=search> e <http://www.un.org/documents/resga.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

ONU. GA/11169, General Assembly. *Security Council 'badly out of step' with the evolution of geopolitics, speakers say as General Assembly concludes annual debate on Council reform*. Sixty-sixth General Assembly Plenary, 52nd Meeting (AM), New York, November 9, 2011b. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/ga11169.doc.htm> . Último acesso em: 20 set. 2013

PAPE, Robert A. Soft balancing against the United States. *International Security*, v. 30, n. 1, p. 7-45, Sum. 2005.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 136-156, 2008.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SILVA, André Luiz Reis. *Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso*. Curitiba: Juruá, 2009.

SOARES, João Clemente Baena. Breves considerações sobre a reforma da ONU. In: FUNAG. *Reforma da ONU*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2009.

UN PRESS. African leaders call for permanent Security Council seat for the continent. 24 de Setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=36139&Cr=security+council&Cr1=>>>

VAZ, Alcides Costa (Ed.). *Intermediate states, regional leadership and security: India, Brazil and South Africa*. Brasília, Ed. UnB, 2006.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

WILSON, Dominic; Purushothaman, Roopa. *Dreaming with BRICS: the path to 2050*. Goldman Sachs, 2003. (Global Economics Paper, n. 99). Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

WILSON, Dominic; Stupnytska, Anna. *The N-11: more than an acronym*. Goldman Sachs, 2007. (Global Economics Paper, n. 153). Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/global-economic-outlook/n-11-acronym-doc.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

YAMASAKI, Michi. Rethinking Hierarchical Understandings in International Relations. *International Public Policy Studies*, n. 13, p.01-28, 2009.

YAMASAKI, Michi. *A study of middle power diplomacy: as a strategy of leadership and influence*. Ontario: Waterloo, 2009.

ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.